



NOTÍCIA DE REUNIÃO

ASSUNTO: Reunião com representantes da Associação de Oficiais das Forças Armadas (AOFA).

01. ----- N
o dia três de maio de dois mil e doze, reuniram nas instalações da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (sala 434), o Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar - Dr. Alberto Coelho, a Directora de Serviços dos Recursos Humanos da Defesa Nacional (DSRHDN) - Dr.^a Isabel Elias da Costa, a Chefe da Divisão de Vínculos, Carreiras e Regimes (DVCR) - Dr.^a Maria Cândido Morgado e os Técnicos Superiores - Isabel Lobo e José Miguel Mendes, desta Direcção com os representantes da AOFA melhor identificados na lista de presenças em anexo, dando assim cumprimento ao Despacho de Sua Ex.^a o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, datado de 30 de março de 2012, o qual determina que a DGPRM reúna bimestralmente com cada uma das associações socioprofissionais de militares das Forças Armadas, de modo a recolher os seus contributos relativamente a questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados, bem como em demais matérias relevantes, expressamente incluídas nas suas finalidades estatutárias, por forma a ser feito com a mesma periodicidade, um relatório sobre os temas abordados e sua evolução.
02. ----- O
Director-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar deu início aos trabalhos, começando por apresentar cumprimentos aos presentes, tendo feito uma breve introdução à reunião, dando depois voz aos representantes da AOFA.
03. ----- O
Presidente da AOFA retribuiu os cumprimentos, sublinhando que tinha passado muito tempo desde a última vez que foram ouvidos, tendo solicitado ao Director-Geral que fizesse um ponto da situação sobre os assuntos mais preocupantes para a Associação, como seja a Saúde Militar, as Carreiras (promoções) e o Sistema Retributivo (despacho MEF/MDN - regressões).
04. ----- E
m resposta ao solicitado, o Sr. Director-Geral referiu que o que podia dizer nesta sede era do conhecimento de todos, nomeadamente qual a participação da DGPRM nos grupos de trabalhos e equipa técnicas, cuja constituição e âmbito foram publicitados em Diário da República, referindo a título de exemplo o caso da implementação do Hospital das



Forças Armadas, processo do qual a DGPRM fez parte. Referiu também que seria do conhecimento geral que o Orçamento rectificativo para 2012 iria incluir a autorização de promoções nos ramos, mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e da defesa nacional, justificada que esteja a sua necessidade, com a condicionante de não poder haver aumento da despesa com pessoal, processo no qual não tinha havido intervenção directa desta Direcção-Geral.

05. ----- O
s representantes da AOFA insistiram em saber “*que trabalho a DGPRM tem desenvolvido conjuntamente com o Gabinete, que tenha a ver com as suas preocupações*”.
06. ----- N
a condição de oficiais, consideram altamente preocupante e não compreendem por que razão o Senhor Ministro não conversa com a AOFA (desde agosto de 2011), uma vez que as opiniões desta Associação têm cariz meramente consultivo. Por outro lado não entendem porque não são chamados a participar em grupos de trabalho como seria exigível e decorrente da própria Lei n.º3/2001. As associações socioprofissionais de militares estão numa posição privilegiada uma vez que têm uma visão transversal dos problemas relativos às Forças Armadas (FA), pelo que pretendem alertar para os problemas e ajudar nas decisões.
07. ----- O
s representantes da AOFA referiram também que gostariam de ter mais dados sobre o desbloqueamento das promoções pois só podem aventar hipóteses e boatos, uma vez que este dossier tem sido conduzido com opacidade e a AOFA não tem sido ouvida como deveria numa matéria com contornos muito difíceis. Referiram ainda que se o Senhor Ministro da Defesa Nacional diz que as FA são insustentáveis, então quais vão ser os critérios utilizados nas promoções sem que haja aumento na despesa?
08. ----- E
xemplificaram com a questão dos cadetes que vão ficar 3 anos no posto, e a conseqüente frustração das suas expectativas no início da carreira.
09. ----- R
eferiram ainda, que o quadro normativo é cego, tendo objectivamente congelado o sistema de promoções quando existem outros assuntos no âmbito do EMFAR intimamente ligados e que foram descuidados e esquecidos, nomeadamente a questão da idade limite no posto e a passagem compulsiva à situação de reserva, assuntos para os quais alertaram e que podiam ter sido salvaguardados no OE2012.
10. ----- P
reocupam-se com o fraco papel interventivo da DGPRM, pois circulam rumores que existe um grupo de trabalho sobre as promoções no qual



pensavam que a DGPRM, que conhece as matérias por força das suas atribuições e competências, faria parte, tendo agora conhecimento que tal não corresponde à verdade, o que deixa a Associação ainda mais inquieta pois tal poderá originar más intervenções e soluções por impulso, que não trarão bons resultados.

11. ----- O
utro assunto suscitado, interligado com as promoções, foi o das regressões remuneratórias de cerca de 4000 militares, que julgam ser a parcela a ser utilizada para suportar as promoções - consideram que é uma situação estranha e revoltante utilizar a penalização de uns para prover o aumento de outros por via da promoção. Questionam se esta situação não trará problemas nomeadamente no que diz respeito à coesão militar.
12. -----
Consideram, relativamente a esta matéria, que as medidas foram tomadas sem que houvesse consciência da realidade actual, devendo ser ouvidos todos os agentes. O atual congelamento das promoções e as regressões remuneratórias, vieram castigar duplamente os militares, pois acresce o facto de já terem sido penalizados em 2005 (pelo DL 166/2005, que veio modificar o regime da passagem à reserva e à reforma dos militares das Forças Armadas), o que na prática veio acabar com a reserva, pois o cálculo da pensão de reforma vai ter como referencia a remuneração de cada militar e como tal tem implicações nefastas na situação futura dos militares. Referiram que as alterações à reserva aprovadas em 2005 vão começar agora a ser aplicadas.
13. ----- N
ão compreendem a razão porque os novos juízes continuam a ser inscritos na Caixa Geral de Aposentações quando os militares passaram para o regime da Segurança Social.
14. ----- N
o que diz respeito ao Serviço de Saúde/Ação Social Complementar, colocaram as seguintes questões:
- a) ----- C
omo é que os militares vão ter uma saúde militar auto-sustentável?
- b) ----- C
omo é que vai ser concretizada a redução de 30%/20%/20% na saúde militar, até que esta seja auto-financiável?
- c) ----- A
 pesar da publicação de toda a legislação estruturante sobre o Hospital Militar das Forças Armadas, e de já ter sido escolhido o Hospital da Força Aérea no Lumiar, como pólo principal, na prática ainda existem os três hospitais dos ramos a funcionar, como se não se tivesse procedido a nenhuma reforma. Alertaram ainda para aspectos que põem em causa a “dignidade militar”, nomeadamente a situação discriminatória de um militar da Marinha/Exército que pretenda ser



atendido no Hospital das FA (antigo Hospital da Força Aérea), que quando tira senha de atendimento depara-se com a existência de um botão para militares da Força Aérea e outro para beneficiários da ADSE e outras situações.

- d) ----- T
entaram ainda saber a razão porque não estão a ser pagos os complementos de pensão.
- e) ----- F
ace às alterações que se prognosticam não seria de reformar/reforçar esse fundo, já que se as pensões de reforma serão reduzidas no futuro, havendo assim maior necessidade de a ele recorrerem os militares.
15. ----- R
referiram que estarão a acontecer coisas, das quais a AOFA só conhece rumores e boatos, como seja:
- a) ----- D
iz-se que a reestruturação das Forças Armadas estará a ser tratada, com base na eliminação de estruturas desnecessárias, entre outros, e que a ser verdade gostariam de participar e ter um papel interveniente neste processo.
- b) ----- G
gostariam que as reformas fossem feitas de forma transparente e em diálogo com todos os interessados.
- c) ----- A
testam a existência de instabilidade nas FA e pretendem saber o que vão fazer com os militares. Vêm as expectativas de futuro frustradas e pretendem saber qual vai ser a carreira dos militares. Por que razão o contrato celebrado entre as partes está a ser unilateralmente desrespeitado?
- d) ----- C
consideram que as suas condições são piores que a dos funcionários públicos, e que estão a ser desrespeitados os conteúdos e perfis profissionais previstos no EMFAR (qualquer posto pode desempenhar qualquer função, mesmo de posto inferior).
- e) ----- A
alertaram para o facto de já existir uma elevada percentagem de salários penhorados de militares dos três ramos.
16. ----- A
AOFA referiu ainda que ter Forças Armadas implica necessariamente um custo. Se se mantiver este estado de coisas iremos ter umas FA de anciãos. Além de se impedir a promoção de camaradas também terá implicações nos custos, porque a carreira nos postos mais elevados irá ser mais longa. A título de exemplo foi citado um despacho de 2009 do anterior Chefe de Estado-Maior do Exército, que prolonga a carreira no posto de Coronel, contrariamente ao previsto no EMFAR (um Coronel deveria estar apenas 8 anos no posto, passando de seguida à reserva se



ultrapassado esse limite). No Exército há coronéis com 13 anos de posto, o que face ao regime remuneratório em vigor poderá permitir acréscimos remuneratórios (progressão) nesse posto de 3 ou mais níveis por cada posição remuneratória, diferença esta que não se verifica nos postos mais baixos.

17. ----- V
isto que não são recebidos pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional e que a DGPRM foi nomeada interlocutora para ouvir a AOFA, gostariam de ser informados sobre as matérias que se encontram presentemente a ser analisadas pela DGPRM ou pelo Ministério, que lhes digam respeito.
18. ----- C
concluindo, o Sr. Director-Geral esclareceu que todas as preocupações suscitadas iriam ser transmitidas superiormente e que na próxima reunião, procuraria dar resposta às mesmas.

Nada mais tendo sido tratado foi dada por encerrada a reunião.

Os Técnicos superiores

Isabel Lobo

José Miguel Mendes